



Célio Júnior/AE

Maria Rita, formada pelo Palmarino Calabrez: professora, mas sem licença para ensinar

Escola formava aluno sem habilitação oficial

São cerca de 200 profissionais formados, mas sem habilitação oficial reconhecida

A dona de casa Maria Rita Simões de Camargo enfrentou o sono e o cansaço para fazer magistério, à noite. Hoje, dois anos depois de terminar os estudos, Maria Rita trabalha com uma licença especial da Delegacia de Ensino, pois não conseguiu receber seu diploma: a escola onde se formou — o Colégio Palmarino Calabrez, em Guaianases — não estava habilitada pela Secretaria Estadual de Educação para formar professores.

Em 1981, o colégio entrou com processo na Secretaria para abrir os cursos de magistério e processamento de dados. A autorização só chegou em 1983, mas em 1982 o colégio começou a dar aulas mesmo sem autorização. As primeiras turmas dos cursos — cerca de 200 alunos, segundo a escola — são hoje profissionais formados, mas sem habilita-

ção reconhecida. O colégio tem hoje cerca de 1.300 alunos.

Desde outubro do ano passado uma comissão de três supervisores de ensino designados pela Secretaria Estadual de Educação verificam os atos irregulares do colégio. Em julho deste ano 15 alunas abriram um processo na 1ª Vara Cível do Fórum de Itaquera, solicitando a incriminação do proprietário — professor João Maurício Alves —, indenização e restituição das quantias pagas. Até o momento nada foi decidido.

“A comissão de supervisores ainda não completou a análise sobre as irregularidades. Não sei ainda qual será a posição da Secretaria Estadual de Educação, mas acredito que as turmas terão os diplomas reconhecidos”, diz a delegada de ensino Marlene Tancredi Najen. De acordo com a delegada, o colégio é uma boa instituição de ensino: “Foi uma falha administrativa. Não há perdas para os alunos”.

“Podemos ficar sem as classes das escolas públicas a

qualquer momento. Só conseguimos turmas, por exemplo, quando termina o número de professores diplomados inscritos em um concurso. Ficamos sempre com o resto”, diz Maria Rita Simões de Camargo. Na noite de anteontem, os ex-alunos do Colégio Palmarino Calabrez fizeram uma manifestação pública, denunciando as irregularidades. Maria Rita não concordou com o ato: “Não adianta pressionar a escola. Agora, tudo depende da Secretaria”.

A escola também prefere que a Secretaria decida sobre um erro cometido pela administração. “Erramos, mas agora não podemos fazer mais nada. Foi uma fatalidade”, diz Mônica Ferreira Nunes, diretora do Liceu Camilo Castelo Branco, outra escola do professor João Maurício Alves. No próprio Liceu, aliás, a Secretaria Estadual de Educação encontrou outra “falha” administrativa. “O curso de prótese foi iniciado também sem autorização. Mas agora tudo foi legalizado e os alunos já receberam os diplomas”, afirma a diretora.